

TRANSPARÊNCIA ATRAVÉS DA WEB¹

MECANISMOS E INDICADORES PARA O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE ONGs

Angelita Rangel

Napec - Núcleo de Apoio à Pesquisa e Educação Continuada

Maria Emilia Melo

Ciclo Assessoria para o Desenvolvimento

Rio de Janeiro, fevereiro de 2009.

1. Apresentação

O **NAPEC - Núcleo de Apoio à Pesquisa e Educação Continuada** é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 2007 com a missão de contribuir para o desenvolvimento de pessoas e o fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil com vista à melhoria da qualidade de vida e à inclusão social.

O objetivo geral do NAPEC é promover assistência e apoio a: educação, pesquisas técnicas e científicas, cultura, intercâmbio, capacitação, atividades associativas e ações sociais.

Com o propósito de fortalecer o desenvolvimento institucional de ONGs, o NAPEC em parceria com o Ciclo Assessoria para o Desenvolvimento, propôs a realização desta pesquisa que contou com o importante apoio da Fundação Ford.

O objetivo deste trabalho é contribuir para a reflexão e debate sobre a transparência nas ONGs, apresentando propostas e ferramentas que possam ser facilmente implementadas.

O NAPEC se coloca à disposição para contribuir e trocar informações sobre este tema, por apostar que esta questão é hoje de fundamental importância para a sustentabilidade do terceiro setor no Brasil. Essa pesquisa foi coordenada por Angelita Rangel, representante do NAPEC. Para maiores informações entrar em contato através do e-mail angelitarangel@napec.org.br ou acesse o site: www.napec.org.br

2. Introdução

Nos últimos anos, o tema da transparência tem sido objeto de intenso debate. Essa discussão envolve não só as instituições públicas, mas também o setor privado, como as empresas, os institutos e as fundações, as instituições de classe e, como não poderia deixar de ser, abarca também as Organizações não Governamentais - ONGs.

De natureza privada, porém com fins públicos e sem fins lucrativos, as ONGs, conquistaram, nas três últimas décadas, importantes espaços sociais e políticos no país ganhando visibilidade. Isso, sobretudo, por sua ação social e pela sua capacidade de mobilizar recursos públicos e privados, nacionais e internacionais, o que despertou o interesse do governo, dos seus órgãos fiscalizadores, da mídia, dos seus próprios parceiros e beneficiários e da sociedade em geral.

¹ World Wide Web com tradução para o português como "Rede de alcance mundial", também conhecida como Internet (redes interligadas).

“Dados preliminares de um estudo inédito do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV) em parceria com o Johns Hopkins Center for Civil Society Studies revela que o setor sem fins lucrativos no Brasil representa hoje 5% do PIB Nacional” ZAVALA (2006).

No entanto, muito pouco tem sido feito pelas ONGs no sentido de tornar públicos aspectos fundamentais de sua gestão que demonstrem eficiência e eficácia no uso dos recursos humanos, físicos e financeiros, proporcionando-lhes maior credibilidade e legitimidade perante a sociedade.

Em recente livro, ARMANI (2008) avalia que “na situação atual, tornou-se imprescindível as ONGs e movimentos sociais conquistar visibilidade, credibilidade e legitimidade como condição de sustentabilidade institucional.”

Partindo, então, destas premissas (visibilidade, credibilidade e legitimidade), este estudo visa identificar ferramentas e instrumentos que possam proporcionar, através da WEB, transparência à gestão das ONGs no Brasil e analisá-los como possíveis mecanismos e indicadores para o fortalecimento institucional destas organizações.

3. Por que ser transparente?

O campo conceitual/semântico no qual se insere o debate sobre transparência envolve conceitos como: Ética; Moralidade; Responsabilidade; Prestação de contas; Obrigações; Resultados e impactos; Legalidade; Legitimidade; Confiança/credibilidade; Visibilidade/publicidade; Controle social; e Sustentabilidade.

Para IORIO (2007), o termo transparência expressa “(...) a responsabilidade das organizações por suas ações e o conjunto dos meios pelos quais informam e prestam contas sobre as ações e recursos a elas confiados (...)”. Em sua opinião, essa definição corresponde ao termo inglês *accountability*, o qual remete à noção de prestar contas de forma responsável, seja uma empresa, um órgão de governo ou uma organização do terceiro setor.

Podemos considerar, desse modo, que a ausência de transparência induz à corrupção, fraude, malversação, desconfiança, ilegalidade, ilegitimidade, cujas conseqüências são:

- Imagem danificada do setor e/ou da organização
- Falta de credibilidade no setor e/ou nas instituições individualmente
- Perda de financiamentos e parcerias
- Pressões para maior controle e fiscalização por parte do estado e da sociedade

Para as ONGs, há várias razões para uma gestão transparente. Entre elas podemos destacar:

- **Legalidade perante os instrumentos de regulação**

As ONGs são instituições de direito privado sem fins econômicos e lucrativos, com finalidades e ações públicas. Em função dessas características e do universo de organizações aí contempladas, nos últimos anos, um amplo debate vem sendo realizado, envolvendo o governo e a sociedade. Essa discussão esteve voltada, inicialmente, para a reestruturação do Código Civil, o qual abriu espaço para o debate sobre a construção de um Marco Legal de regulamentação das ONGs.

Os temas relacionados ao debate do Marco Legal dizem respeito à delimitação mais precisa do universo das ONGs; ao reconhecimento da sua função pública; à relação com o setor público, de modo a se criar mecanismos democráticos e apropriados de apoio e financiamento; à criação e fortalecimento de instâncias de fiscalização e controle; e à regulação mais clara na obtenção de títulos e certificados, por meio dos quais essas organizações, podem obter benefícios, como

imunidades e isenções fiscais e tributárias.

Devido à inexistência de um cadastro único e à dificuldade de diálogo entre os bancos de dados existentes para o setor sem fins lucrativos, ARMANI (2008) refuta a idéia equivocada de que não existe controle sobre as ONGs. Ele remete ao texto "Ação das ONGs no Brasil – Perguntas e Respostas", Abong (2005):

"Existem atualmente vários cadastros e bancos de dados públicos, com informações sobre as associações e fundações atuantes no país. (...) o argumento de que não existem informações e bancos de dados públicos sobre a atuação das ONGs (...) é equivocado. Há inúmeros cadastros que não se comunicam. O problema não é a falta de informações prestadas pelas associações e fundações, mas, sim, a falta de interesse do poder público em utilizar e sistematizar os dados disponíveis". Abong (2005):

Assim como as empresas, as ONGs também não são controladas por um único órgão. Elas são reguladas e prestam contas às diferentes instâncias do poder (Federal, Estadual e Municipal), sendo os principais órgãos:

Âmbito Federal:

- Receita Federal – Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Declaração de Informações de Pessoa Jurídica - DIPJ e cumprimento das obrigações fiscais e tributárias.
- Ministério do Trabalho – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e cumprimento das obrigações trabalhistas.
- Ministério da Justiça – Registro de filiais de organizações estrangeiras que atuam no país; qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip (não obrigatória), organizações tituladas como Utilidade Pública Federal - UPF (não obrigatória).
- MDS – Registro Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Cebas (não obrigatórios).
- MMA - Registro Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas – CNEA (não obrigatório).
- Ministério da Saúde - ONGs que atuam com questões relacionadas à DST/Aids. (não obrigatório).
- Ministério Público - Cadastro de fundações. Investigação de irregularidades cometidas por organizações civis.
- Tribunal de Contas da União - Investigação de irregularidades cometidas por organizações civis.

Âmbito Estadual:

- Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica - Registro e atualizações estatutárias

Âmbito Municipal:

- Prefeitura Municipal – Cadastro de Contribuintes Mobiliários e Alvará de Localização e Funcionamento
- **Legitimidade perante a sociedade**

As ONGs, individualmente, desempenham importantes funções sociais no cumprimento da sua missão e de seus objetivos. Coletivamente, atuam por meio de fóruns, redes, conselhos e de funções de representação dos segmentos sociais. A legitimidade e o reconhecimento do papel representativo dependem muito da sua atuação e do reconhecimento por parte dos seus *stakeholders*.

Mecanismos de transparência, tais como planejamento das ações e demonstração dos resultados

alcançados, são bastante efetivos para atestar a legitimidade do trabalho e a sua importância frente o público beneficiário, bem como para demonstrar a eficiência e a eficácia no uso dos recursos e a otimização da relação custo/benefício dos investimentos realizados.

- **Sustentabilidade política e financeira**

Um dos aspectos almejados pelas organizações sem fins lucrativos no Brasil é a diversificação de financiamentos, como forma de garantir maior autonomia e sustentabilidade. Nessa perspectiva, muitas ONGs estão buscando ampliar a base de sustentação, buscando captar recursos nacionais e estrangeiros, públicos e privados de diferentes fontes (organismos multilaterais; governos; agências da cooperação; empresas; institutos e fundações de empresas e doadores individuais), ampliando parcerias e apoios.

Uma das estratégias que ganhou força nos últimos anos, no Brasil, foi a participação das ONGs na formulação e implementação de políticas públicas. O acesso a fundos públicos, assim como a isenções e imunidades fiscais e tributárias concedidas pelo Estado em função dos trabalhos prestados à sociedade e a incentivos fiscais na captação de recursos junto às empresas colocam as ONGs em uma condição de maior dependência e controle por parte do poder público e da sociedade. Exemplos do aumento deste controle são: i) a instalação da CPI das ONGs e ii) a adoção de regras segundo a Lei de Licitação para acesso a fundos públicos.

4. Como ser transparente?

Inspirada nas idéias de Michael Edwards e David Hulme, IORIO (2007) analisa e recomenda algumas iniciativas de transparência a partir de duas naturezas coexistentes e complementares: (1) Transparência Funcional e (2) Transparência Estratégica.

Por transparência funcional, ela entende o cumprimento das obrigações legais e contratuais de prestação de contas. p.174 Estes mecanismos obrigatórios envolvem aspectos jurídicos legais, obrigações fiscais e tributárias e publicação do balanço contábil e patrimonial.

As ONGs também são obrigadas a prestar contas para seus financiadores (nacionais e internacionais) por meio de mecanismos acordados e/ou contratados como, por exemplo, relatórios de atividades e de finanças e, em alguns casos, há exigência de auditorias externas independentes.

No entanto, esses mecanismos têm sido insuficientes para atestar a transparência das ONGs e atrair novos apoiadores para suas causas. É necessária a adoção de estratégias que deem visibilidade e publicidade ao processo de financiamento e prestação de contas e ampliem a sua visibilidade para um público mais amplo.

É nesse sentido que estes autores sugerem uma Transparência estratégica: "(...) na qual as organizações prestam mais informações qualitativas e quantitativas sobre o seu trabalho e sobre o funcionamento da organização a um público mais amplo." Tratam-se de mecanismos voluntários como, por exemplo, a prestação de informações institucionais (planos, programas, projetos e resultados alcançados), a realização de auditorias institucionais externas independentes e a publicação de balanço social. IORIO (2007).

Vale ressaltar que a elaboração e a publicação Balanço Social por organizações do Terceiro Setor ainda se encontra em processo de difusão e experimentação. Há um esforço da Abong em divulgar um modelo de Balanço Social para ONGs. Todavia, esse esforço ainda não foi revertido de forma concreta na experiência de prestação de contas das ONGs, como aponta RANGEL (2008). Esse fato, no entanto, não invalida a importância dessa ferramenta, e levanta questões sobre sua baixa utilização pelas ONGs, até o momento.

É necessário, também, incentivar o aprimoramento dos recursos humanos, proporcionando um melhor gerenciamento e o aperfeiçoamento das técnicas PMA – Planejamento, Monitoramento e Avaliação, e melhorar a qualidade dos relatórios técnicos e financeiros. Só com o aperfeiçoamento dessas técnicas e o aumento da visibilidade da aplicação dos recursos investidos e dos resultados alcançados, as ONGs poderão expandir suas práticas de transparência e atrair novos apoiadores para o seu trabalho.

5. Transparência - Para quem?

De acordo com IORIO (2007) "(...) a maior parte dos esforços dirigidos à prestação de informações estão voltados para o governo nacional, atendendo a obrigatoriedade da lei; para os sócios ou associados, atendendo as disposições estatutárias; e para os doadores internacionais não-governamentais, governamentais e multilaterais, atendendo aos contratos firmados entre as partes. Este *modus operandi* focaliza principalmente a fiscalização sobre as organizações da sociedade civil e busca responder perguntas tais como: as organizações estão operando de acordo com a lei? Estão mantendo atualizadas as informações? Demonstam sua situação financeira e patrimonial? Os recursos estão sendo gastos apropriadamente?" p.72

Diante desse cenário e para além da transparência funcional, podemos dizer que, para uma transparência estratégica, um sistema de prestação de contas deve focar um público amplo que envolva toda a cadeia de *stakeholders* com a qual a organização se relaciona e/ou pretende se relacionar. Desse modo, podemos falar de uma estratégia para dentro, visando às suas relações internas, e para fora, visando às relações externas da organização.

O gráfico a seguir representa a cadeia de relações internas e externas estabelecida por organizações do terceiro setor.



Adaptado de RANGEL (2008)

6. Mecanismos e indicadores de transparência

A escolha criteriosa de indicadores de transparência e o seu uso contínuo e padronizado possibilitam uma análise anual comparativa na qual se pode visualizar a evolução institucional e do trabalho de uma ONG.

É importante que as informações sejam atualizadas e disponibilizadas continuamente gerando um fluxo de informações permanente para seus *stakeholders* e para a sociedade em geral. Coloca-se em discussão também a validade e variedade destes mecanismos e a possibilidade de selecionar aqueles que possam proporcionar padrões comparativos e de maior objetividade.

RANGEL (2008) destaca que o I Simpósio Latino Americano de Transparência nos Negócios realizado em setembro de 2007 definiu que "(...) uma organização deve estar disposta a revelar a seu público interessado suas estruturas, políticas, regras, proteções, responsabilidades, processo de decisão e outras informações. Isso pode ser feito por meio de canais de comunicação que sejam apropriados e facilmente acessados". p. 15

Um importante canal para as ONGs no Brasil tem sido a WEB, já amplamente acessível à grande parte das ONGs, mesmo aquelas situadas nas localidades menos favorecidas pelos meios de comunicação, como a região amazônica e o semi-árido nordestino.

A proposta deste estudo é analisar os mecanismos atuais de transparência e prestação de contas, através da WEB, utilizados por organizações sem fins lucrativos no Brasil e propor formas de aperfeiçoá-los.

A WEB é um mecanismo que democratizou o acesso à comunicação e a informação para as ONGs, possibilitando uma maior visibilidade/publicidade ao seu trabalho, seus objetivos e resultados.

Neste estudo pesquisamos 114 organizações de diferentes regiões do país sobre a existência e formas de uso de site institucional: Norte (8); Nordeste (17); Centro Oeste (19); Sudeste (60) e Sul (7).

Estas organizações foram selecionadas a partir de listagens de algumas agências da cooperação internacional disponíveis na Internet, em especial as ONGs financiadas pela Fundação Ford. O período da pesquisa ficou concentrado nos meses de Novembro/2008 a Fevereiro/2009.

Analisamos os sites de organizações estabelecidas no Brasil e legitimadas como organizações sem fins lucrativos. Identificamos que entre as 114 organizações pesquisadas, 97% utilizam a WEB de maneira sistemática como ferramenta para se comunicar ou divulgar o seu trabalho, o que demonstra que esse veículo já se consolidou como um canal privilegiado de comunicação para as organizações sem fins lucrativos no Brasil.

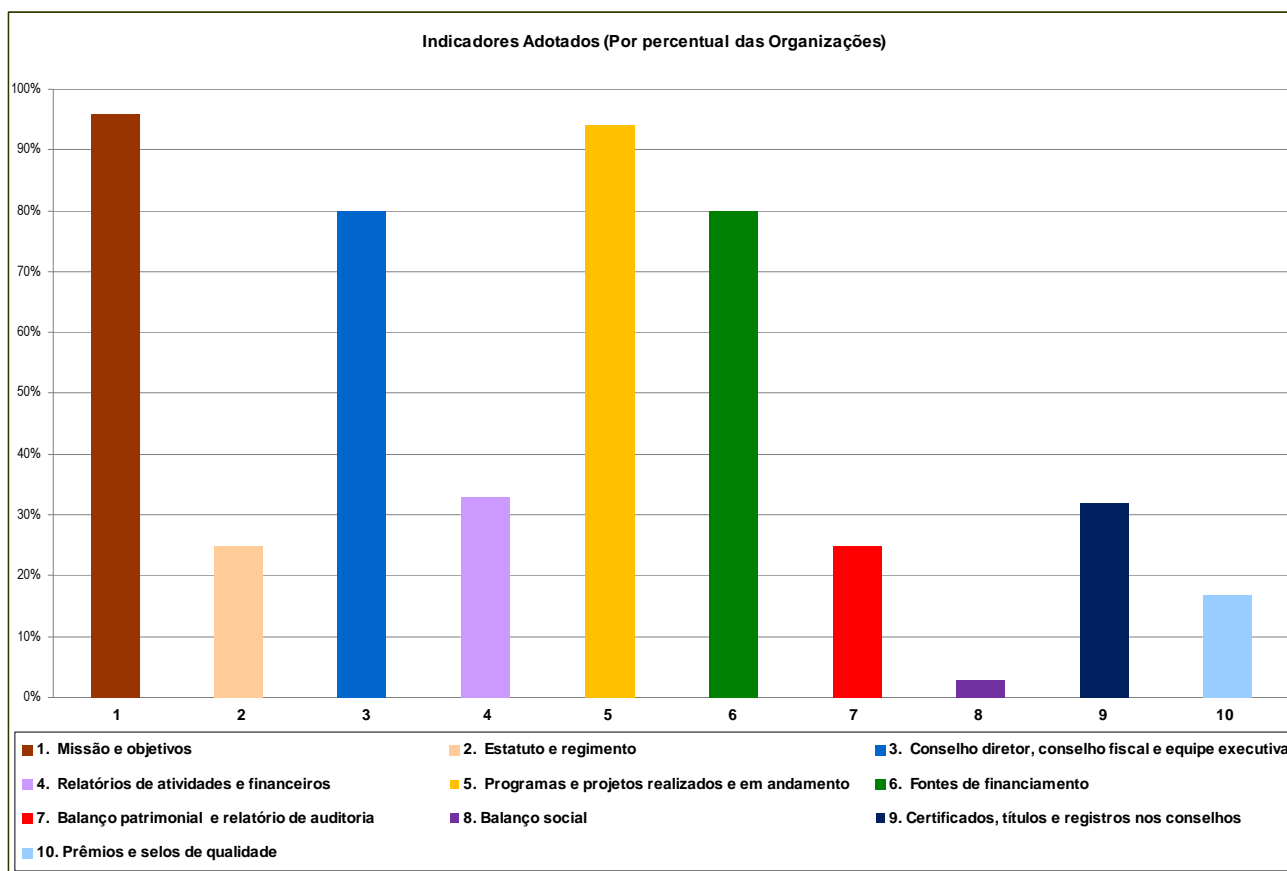
7. Resultados do estudo

Para este estudo, tomamos como base alguns aspectos relacionados ao tema da transparência e prestação de contas, a partir dos quais foram elaborados, inicialmente, 17 indicadores, que foram aplicados na análise dos sites das 114 organizações. Entre estes foram selecionados os 10 indicadores mais relevantes e adequados a realidade das ONGs no Brasil, sendo estes:

1. Missão e objetivos institucionais
2. Estatutos e regimento institucional
3. Nomes do Conselho Diretor, Conselho Fiscal e equipe
4. Relatórios de atividades e financeiros
5. Programas e projetos realizados e em andamento (currículo institucional)
6. Fontes de financiamento
7. Balanço contábil patrimonial e relatório auditoria
8. Balanço social
9. Certificados, títulos e registro nos conselhos
10. Prêmios e selos de qualidade

Podemos observar no gráfico que os **principais mecanismos adotados** por pelo menos 60% das organizações pesquisadas foram: Missão e objetivos; Conselhos Diretor, Conselho Fiscal e Equipe Executiva; Programas e projetos realizados ou em andamento; Fontes de financiamento.

Entre os que ainda **não estão sendo utilizados** (com mais de 60% das organizações que ainda não fazem uso dos mesmos) destacam-se: Estatuto e regimento; Relatórios de atividades e Financeiros; Balanço Patrimonial e relatório de auditoria; Balanço social; Certificados, títulos e registro nos conselhos; Prêmios e selos de qualidade.



- **Comentários sobre os indicadores**

- **Missão e objetivos**

SIM	NÃO	TOTAL
109	5	114
96%	4%	100%

Praticamente todas as ONGs disponibilizam sua missão e seus objetivos nos seus sites. Essa é uma informação básica e de grande importância para quem busca saber mais sobre a natureza e caráter da organização.

Embora pareça evidente e, por este motivo não foi incluído na pesquisa como indicador, informações completas sobre a localização da organização (endereço completo - logradouro, complementos, bairro, cidade, estado, país, telefones, e-mail, site) são de fundamental importância. Encontramos, na pesquisa, alguns sites que não disponibilizam estes dados ou o fazem de forma incompleta. Outras informações institucionais relevantes são: o CNPJ e inscrições estaduais e municipais.

Algumas ONGs disponibilizam também de forma complementar à missão e aos objetivos, o histórico institucional, os valores e princípios e o código de ética. Embora estas sejam informações relevantes elas não foram incluídas na primeira lista de indicadores, mas sugerimos a sua inclusão nas recomendações.

- **Estatuto e regimento**

SIM	NÃO	TOTAL
29	85	114
25%	75%	100%

Uma parte ainda pouco significativa de organizações (25%), disponibiliza os seus estatutos em seu site, alguns destes na versão original digitalizada com as assinaturas e o registro em cartório, o que proporciona maior qualidade e veracidade às informações.

Em toda a pesquisa encontramos apenas duas organizações que disponibilizam o regimento interno. Supomos que dois aspectos contribuem para este fato: 1) a avaliação de que o documento é de interesse apenas do público interno e requer mais privacidade; 2) a organização realmente não o possui regimento. Uma vez que o regimento não é obrigatório, exceto nos casos em que os estatutos da organização determinam a sua estruturação.

- **Conselho Diretor - CD, Conselho Fiscal - CF e Equipe Executiva – EC**

SIM	NÃO	TOTAL
91	23	114
80%	20%	100%

A estrutura de gestão e administração de uma ONG é uma informação relevante para a transparência institucional. Divulgar os nomes dos seus associados, órgãos diretivos e equipe executiva e possibilitar o acesso a estes através da Internet são instrumentos que vêm sendo utilizados pela maioria das ONGs pesquisadas. Verificamos na análise dos sites, que alguns não disponibilizam os nomes dos seus associados e/ou equipe executiva, o que é de fundamental importância para que se conheça o perfil e a legitimidade dos que fazem a organização.

Outra ausência encontrada no site de várias ONGs é a referência ao Conselho Fiscal, não ficando claro se ele não existe ou por algum motivo ele não foi citado. A existência de um Conselho Fiscal é recomendável, enquanto instância para a transparência das contas. A sua constituição e divulgação fornece maior credibilidade a estrutura diretiva da organização.

➤ **Relatórios de Atividades e Financeiros**

SIM	NÃO	TOTAL
37	77	114
33%	67%	100%

Um número ainda bem reduzido de organizações, apenas 33%, divulga relatórios de atividades e financeiros anuais através dos seus sites. Este é um indicador importante, que revela como atua a organização e como esta aplica os seus recursos físicos, humanos e financeiros. É uma informação relevante para seus associados, beneficiários, parceiros e financiadores e outros *stakeholders*.

Algumas das organizações que divulgam relatórios anuais inserem apenas informações técnicas. As informações financeiras, tais como, balanço financeiro e contábil, parecer de auditoria, do Conselho Fiscal, etc., em geral não aparecem.

Dado a relevância desta informação para a transparência, alguns sites já indicam o local para sua inclusão, mas ainda não disponibilizaram efetivamente esta informação.

➤ **Programas e Projetos realizados e em andamento**

SIM	NÃO	TOTAL
107	7	114
94%	6%	100%

Na análise deste item encontramos diversas denominações: programas, áreas, eixos, ou linhas de atuação, etc. para denominação das ações das ONGs no nível mais agregado. No plano mais operacional, "projetos" foi a denominação encontrada.

Boa parte das ONGs disponibiliza informações sobre estes dois níveis de execução das ações e atividades, já realizadas e em andamento, que constituem um indicador importante sobre o que faz a organização.

Verificamos que boa parte das organizações também informa, de maneira complementar a este item, com quem se articula. Ou seja, em quais os espaços de articulação participa (redes, fóruns, comitês, conselhos, etc.). Embora este seja um aspecto importante, ele não foi considerado inicialmente como indicador, mas sugerimos a sua inclusão nas recomendações.

Outro aspecto percebido é à ausência de mecanismos que proporcionem maior visibilidade dos resultados e impactos alcançados pelo trabalho da organização ao longo do tempo, como resumos de avaliações, monitoramento de indicadores, relatos objetivos dos resultados alcançados.

➤ **Fontes de Financiamento**

SIM	NÃO	TOTAL
91	23	114
80%	20%	100%

Este é um dos indicadores mais importantes para a transparência das ONGs. Deve ser mais do que uma informação relevante, deve ser uma obrigação divulgar claramente todas as fontes de recursos, a natureza e a representação do recurso para a receita institucional. Esta informação pode estar disponível no balanço contábil, no relatório técnico-financeiro anual ou como um informe financeiro separadamente.

Muitas vezes este indicador (financiadores) é encontrado sob a denominação: parcerias, apoios, etc. É importante distinguir parcerias não financeiras de financiadores. Ambas as informações devem constar no site, mas é necessário fazer a distinção entre elas.

➤ **Balanço patrimonial e relatório de Auditoria**

SIM	NÃO	TOTAL
29	85	114
25%	75%	100%

A divulgação do balanço patrimonial anual em jornais de grande circulação é uma obrigação para as Oscips, organizações de Utilidade Pública Federal e Filantrópicas, e uma recomendação para as organizações sem fins lucrativos de maneira geral. Todavia, são poucas as organizações que divulgam seus balanços e, entre aquelas que divulgam, poucas o fazem de forma sistemática. É recomendável que os balanços contábeis sejam divulgados anualmente nos sites das organizações e em jornal de grande circulação.

Algumas organizações divulgam um informe financeiro das receitas e despesas, que pode ser uma forma interessante e simplificada a ser adotada pelas organizações menores e com menos recursos. Um informe financeiro pode disponibilizar as informações numa linguagem mais acessível para um público mais amplo.

Relatório anual institucional de auditoria externa é outro mecanismo importante para a transparência interna e externa das ONGs. Ele é uma importante ferramenta que contempla e pode substituir vários dos itens acima citados (Balanço Contábil, relatórios financeiros, recursos recebidos, gestão institucional, etc.). Na análise dos sites verificamos que parte significativa das ONGs que realiza auditoria institucional divulga os relatórios de auditoria ou o parecer do auditor no interior do relatório anual de atividades. Há ONGs que divulgam apenas o parecer final do auditor.

Verificamos também que, no caso das ONGs que já adotaram esta prática, são poucas as que a praticam de forma regular e mantêm um banco de relatórios atualizado. Observamos entre aquelas que divulgam as auditorias de forma regular que algumas realizam há vários anos auditorias anuais com a mesma empresa. É saudável a troca periódica de empresas de auditoria, pelo menos a cada 3 anos, como forma de possibilitar novos olhares sobre a gestão institucional.

➤ **Balanço Social**

SIM	NÃO	TOTAL
3	111	114
3%	97%	100%

Comparativamente aos estudos realizados por RANGEL, (2008) percebe-se que o balanço social constitui-se em uma ferramenta que tem sido valorizada no meio empresarial, mas ainda está sendo pouco utilizada pelas ONGs.

O Balanço Social para o Terceiro Setor também pode substituir alguns dos indicadores acima analisados, por contemplar informações financeiras, gerenciais e contábeis. Uma das conclusões e

indicações deste estudo é capacitar e incentivar a implantação desta ferramenta junto às ONGs. As ONGs cobram transparência de governos e empresas, mas ainda precisam aperfeiçoar suas formas de praticá-la devidamente.

➤ **Certificados, Títulos e Registro nos Conselhos**

Frente ao conjunto de organizações analisadas, o percentual de 32% para aquelas que divulgam através dos sites seus títulos de Utilidade Pública, Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social-CEBAS e/ou qualificação de Oscip – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, poderia ser mais expressivo.

SIM	NÃO	TOTAL
36	78	114
32%	86%	100%

Foram identificadas 8 organizações qualificadas como OSCIPs, 3 com CEBAS, 7 com UPM, 3 com UPE e 7 com UPF. Algumas possuem mais de um título, qualificação e/ou certificado.

Esta informação valoriza a organização. Divulgá-la é cumprir com uma obrigação para a sociedade, uma vez que a organização que dispõe destes títulos e certificado se beneficia de imunidades e isenções fiscais e tributárias.

Da mesma forma que os títulos e certificados, as organizações que têm registro ou que participam de conselhos federais (CNAS, CMAS, CNEA, CNPq, CONAMA, CONSEA), estaduais e municipais ou até internacionais (CDS, ECOSOC, etc.), devem disponibilizar esta informação em seu site. Seja pelo caráter de registro legal, ou pelo papel de representação que desempenham nestes espaços públicos.

➤ **Prêmios e selos de qualidade**

Os prêmios recebidos por uma ONG são fruto do reconhecimento e legitimidade do seu trabalho e por isso é uma informação importante não só para os apoiadores como para o público em geral. No entanto, esta informação parece não ser muito valorizada pelas organizações. Há sites em que ela aparece em locais de difícil acesso. Os prêmios encontrados são em sua maioria temáticos em função do trabalho realizado pela organização, como Direitos Humanos, Meio Ambiente e desenvolvimento (Chico Mendes, Pnud, Ally Wards), Gênero (Unifem), tecnologia social (Best Practices), culturais (Achê, Montreux, Jabuti, etc.), mas há também os de marketing e propaganda (ex: Ibest, DHnet, Top WEB) e gestão (Bem Eficiente).

SIM	NÃO	TOTAL
18	96	114
17%	83%	100%

Muitas ONGs também oferecem prêmios e divulgam suas chamadas e editais no site. Nesse caso, não consideramos essa informação como um indicador.

No conjunto das ONGs analisadas não foi identificada nenhuma prática de certificação de qualidade. Há várias experiências de certificação de empresas no Brasil envolvendo aspectos de gestão ambiental, responsabilidade social, processo, etc. como, por exemplo, as fornecidas pela *International Standard Organization* – ISO, que podem ser adaptadas para as ONGs. O custo desta certificação é alto e, por este motivo, pode ser proibitivo para as ONGs.

A Prefeitura de São Paulo/Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social-SADS, em parceria com a empresa certificadora SGS de SP e o Centro de Estudos do Terceiro Setor da Fundação Getúlio Vargas, estruturou em 2007 um modelo para certificação de ONGs, inspirados na NGO *Benchmarking* desenvolvido pela SGS da Suíça visando alcançar normas e padrões de boa governança. Mais informações sobre a certificação pela SGS Suíça podem ser encontradas através do site: www.ngobenchmarking.sgs.com na Internet.

8. Conclusões e recomendações

Com base na análise e reflexão dos resultados encontrados, nossas conclusões e recomendações tanto para o aperfeiçoamento do uso dos indicadores já adotados pela maioria das organizações, como para aqueles que ainda não estão sendo utilizados, são: (1) maior divulgação da importância da transparência institucional para o contexto atual das ONGs. (2) implantação dos mecanismos e indicadores listados abaixo, que devem constar no site da organização visando expressar maior transparência a um público mais amplo.

O QUE DEVE CONTER EM UM SITE DE UMA ONG PARA EXPRESSAR TRANSPARÊNCIA?

- ✓ As organizações devem seguir os princípios da Administração Pública: legalidade, moralidade e publicidade
 - ✓ As informações disponíveis no site devem ser permanentemente atualizadas
1. Jurídico: Estatuto, Títulos e Certificados, e registro nos conselhos
 2. Histórico, Missão, objetivos, valores e princípios
 3. Localização: Endereço completo (logradouro, complementos, bairro, cidade, estado, país, telefones, e-mail, site)
 4. Fiscal e Tributária: CNPJ e Inscrição Municipal e Estadual, Certidões negativas
 5. Equipe e Direção (Associados, CD, CF e Coord. Executiva)
 6. Programas e projetos realizados e em andamento (Resumo)
 7. Fontes de financiamento
 8. Articulações (redes, fóruns, etc.) e parcerias
 9. Relatórios anuais de atividades com demonstrativo financeiro
 10. Balanço contábil ou Relatório de auditoria contendo balanço contábil
 11. Balanço social
 12. Prêmios e selos de qualidade

Ao longo da pesquisa observamos que muitas ONGs divulgam através da Web outros indicadores além daqueles utilizados para este estudo. Consideramos que estes mecanismos podem ser incorporados aos sites das organizações visando aumentar a transparência:

- Oportunidade de trabalho, estágio e voluntariado
- Código de ética, valores e princípios
- Chamadas e resultados de editais e licitações
- Parecer do Conselho Fiscal
- Organogramas e atas
- Estratégias de captação de recursos
- Divulgação de boletins e cadastro para remessa

Esperamos, com este trabalho, contribuir para o fortalecimento institucional das ONGs e para a transparência do terceiro setor como um todo.

8. Referencias Bibliográficas

ARMANI, Domingos. Mobilizar para Transformar: a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil. São Paulo: Peirópolis; Recife: Oxfam, 2008.

ABONG, Ação das ONGs no Brasil - perguntas e repostas, São Paulo, 2005.

CHIARATTI, Alexandre e PINTO, Ivan. Por que fazer auditoria? Transparência e credibilidade são algumas das vantagens da auditoria no Terceiro Setor. Revista Filantropia OnLine, n. 184, fev. 2009.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Editora Objetiva, 2004.

IBGE, As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2005. Estudos e Pesquisas Informação Econômica número 8, Rio de Janeiro. 2008.

IORIO, Cecília. Normas, procedimentos e instrumentos de transparência das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos do Brasil. In: Hábitos de doar a captar recursos no Brasil. Ciclo Assessoria para o Desenvolvimento, Márcia Brito e Maria Emilia Melo (org.). São Paulo: Ed. Peirópolis, 2007.

LANDIM, Leilah e CARVALHO, Luiz Antonio de. Projeto Transparência e Prestação de Contas da Sociedade Civil na América Latina. Caso: Brasil. NUPEF/RITS / NASP/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006-2007.

RANGEL, Angelita. Balanco Social - uma Ferramenta de Transparência e Responsabilidade Social do Terceiro Setor. Universidade Federal Fluminense / MBA-DAE Gestão de Pessoas. Niterói, 2008.

SALADO, Rigéria. Quanto mais transparente, mais colorido é o Terceiro Setor, Revista Filantropia, Ed. 29, a. VI, São Paulo, 2007. p.34-39

ZAVALA, Rodrigo. O setor sem fins lucrativos representa 5% do PIB Nacional. Rede Gife On Line. 03/04/2006.

Sites pesquisados: Foram realizados vários acessos no período de Novembro/2008 a Fevereiro/2009.

www.pt.wikipedia.org/wiki/Brasil - Wikipédia, enciclopédia livre

www.fundacionlealtad.com - Fundación Lealtad

www.transparenciabrasil.org.br - Transparência Brasil

www.portaltransparencia.gov.br - Portal da Transparência

www.brasil.gov.br/transparencia - Governo Brasil - Transparência

www.terceiropregao.com.br - Pregão do Terceiro Setor

www.contasabertas.uol.com.br - Contas Aberta

www.tcc-brasil.org.br - Transparência, Consciência & Cidadania – TCC

www.rits.org.br - Rede de Informações do Terceiro Setor

www.dialogosocial.com.br - Revista filantropia

www.fordfound.org - Ford Foundation

www.oxfam.org.uk - Oxfam

www.actionaid.org.br - ActionAid - Brazil

www.acaoeducativa.org - Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação

www.andi.org.br - Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI

www.agende.org.br - Agende Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento - AGENDE

www.anis.org.br - Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero

www.articulacaodemulheres.org.br - Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB

www.aspta.org.br - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - ASPTA

www.abant.org.br - Associação Brasileira de Antropologia - ABA

www.abong.org.br - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG

www.abrasco.org.br - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - ABRASCO

www.abiaids.org.br - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - ABIA

www.arpub.org.br - Associação das Rádios Públicas do Brasil - ARPUB

www.amarc.org - Associação Mundial dos Radiodifusores Comunitários – AMARC
www.andhep.org.br - Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós- Graduação – ANDHEP
www.anpocs.org.br - Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Ciências sociais - ANPOCS
www.bamidele.org.br - BAMIDELE - Grupo de Mulheres Negra da Paraíba
www.cantojovem.org.br - Canto Jovem
www.caritas.org.br - Caritas Brasileira
www.catolicasonline.org.br - Católicas pelo Direito de Decidir
www.cufa.org.br - Central Única das Favelas do Rio de Janeiro - CUFA
www.cut.org.br - Central Única dos Trabalhadores - CUT
www.cebrap.org.br - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP
www.cebri.org.br - Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI
www.mulheresdocabo.org.br - Centro das Mulheres do Cabo
www.cclif.org.br - Centro de Cultura Luiz Freire - CCFL
www.ceert.org.br - Centro de Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade - CEERT
www.ceap.org.br - Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica - CEAP
www.cedaps.org.br - Centro de Promoção da Saúde – CEDAPS
www.criando.org.br - Centro de Referência Integral de Adolescentes - CRIA
www.cfemea.org.br - Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA
www.clam.org.br - Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos - CLAM
www.cnmp.org.br - Centro Nordeste de Medicina Popular - CNMP
www.cohre.org - Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos - COHRE
www.cepia.org.br - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
www.ongcidade.org - Cidade - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos
www.coletivoleiladiniz.org.br - Coletivo Leila Diniz
www.cptnac.com.br - Comissão Pastoral da Terra
www.cpisp.org.br - Comissão Pró-Índio de SP
www.cir.org.br - Conselho Indígena de Roraima - CIR
www.consumersinternational.org - Consumers International
www.coiab.com.br - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
www.coica.org.ec - Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica - COICA
www.cunhanfeminista.org.br - CUNHA - Coletivo Feminista
www.dieese.org.br - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE
www.ecoa.org.br - Ecologia e Ação - ECOA
www.ecos.org.br - ECOS- Comunicação em Sexualidade
www.etapas.org.br - Equipe Técnica de Assessoria Pesquisa e Ação Social
www.fase.org.br - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE
www.fboms.org.br - Fórum Brasileiro de ONGs e Mov. Sociais para o Meio Ambiente e o Desenv.- FBOMS
www.forumseguranca.org.br - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
www.forumdoconsumidor.org.br - Fórum Nacional de Entidades Cívicas de Defesa do Consumidor - FNECDC
www.fndc.org.br - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC
www.fva.org.br - Fundação Vitória Amazônica - FVA
www.fvpp.org.br - Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP
www.angelaborbafundo.org - Fundo Angela Borba - Recursos para Mulheres
www.fundodireitoshumanos.org.br - Fundo Brasil de Direitos Humanos
www.funbio.org.br - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
www.gajop.org.br - Gabinete de Assessoria Jurídica as Organizações Populares - GAJOP
www.geledes.org.br - Geledés - Instituto da Mulher Negra
www.afroreggae.org.br - Grupo Cultural AfroReggae - GCAR
www.gapabahia.org.br - Grupo de Apoio a Prevenção a AIDS - GAPA-Bahia
www.gife.org.br - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE
www.transasdocorpo.org.br - Grupo Transas do Corpo
www.ibd.org.br - Instituto Brasileiro da Diversidade - IBD
www.ibam.org.br - Instituto Brasileiro de Administração Municipal
www.ibase.br - Instituto Brasileiro de Análises Social e Econômico - IBASE
www.idec.org.br - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC
www.icv.org.br - Instituto Centro de Vida - ICV
www.iara.org.br - Instituto de Advocacia Racial e Ambiental - IARA
www.idcid.org.br - Instituto de Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento - IDCID
www.iser.org.br - Instituto de Estudos de Religião - ISER
www.ietv.org.br - Instituto de Estudos de Televisão - IETV
www.iets.org.br - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - IETS
www.indecs.org.br - Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura - INDECS
www.ieei.com.br - Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais - IEEI
www.inesc.org.br - Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC
www.imaflorea.org.br - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - IMAFLORA
www.ipam.org.br - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM
www.imazon.org.br - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

www.ethos.org.br - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
www.iieb.org.br - Instituto Internacional de Educação do Brasil
www.papai.org.br - Instituto PAPAÍ
www.patriciagalvao.org.br - Instituto Patrícia Galvão
www.institutoprobono.org.br - Instituto Pro Bono Responsabilidade Social no Direito
www.promundo.org.br - Instituto PROMUNDO
www.socioambiental.org.br - Instituto Socioambiental (ISA)
www.soudapaz.org - Instituto Sou da Paz
www.intervozes.org.br - Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social
www.irohjin.org.br - Irohjin
www.global.org.br - Justiça Global
www.koinonia.org.br - Koinonia - Presença Ecumênica e Serviço
www.loucas.org.br - Loucas de Pedra Lilás
www.mmcbrasil.com.br - Movimento de Mulheres Camponesas - MMC
www.mst.org.br - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
www.mndh.org.br - Movimento Nacional dos Direitos Humanos - MNDH
www.opas.org.br - Organização Pan-Americana da Saúde
www.polis.org.br - POLIS - Instituto de Estudos Formação e Assessoria em Política
www.praticavel.org.br - Praticável
www.saudeealegria.org.br - Projeto Saúde & Alegria – PSA
www.rebraf.org.br - Rede Brasileira Agroflorestal - REBRAf
www.redeh.org.br - Rede de Desenvolvimento Humano - REDEH
www.rits.org.br - Rede de Informações para Terceiro Setor - RITS
www.redesaude.org.br - Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
www.sddh.kit.net - Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos – SDDH
www.soscorpo.org.br - SOS CORPO- Instituto Feminista para a Democracia
www.surjournal.org – Sur - Rede Universitária de Direitos Humanos
www.terradedireitos.org.br - Terra de Direitos
www.themis.org.br – Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero
www.transparencia.org.br - Transparência Brasil
www.uniaodemulheres.org.br - União das Mulheres de São Paulo
www.videonasaldeias.org.br - Vídeo nas Aldeias
www.vitaeciviliis.org.br - Vítae Civilis-Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente
www.vivario.org.br - Viva Rio
www.wwf.org.br - WWF-Brasil